

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE AULAS 2021

A Diretora do Departamento Municipal de Educação de Salto Grande, Gabrielle Christine Burati Plens, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que tem como objetivo CONVOCAR todos os candidatos aprovados no Processo Administrativo Nº 093/2021, Chamada Pública Nº 001/2021 de acordo com o Edital de Chamada Pública 63/2021, para exercer a função de Professor de Educação Básica – PEB I, para participarem da atribuição de aulas, no dia 06 de agosto de 2021, sexta feira, às 09 horas, no Departamento Municipal de Educação, sito à Rua José Bonifácio, 424, nesta cidade, devendo apresentar no ato a documentação em Anexo I, sem a possibilidade de dobra ou troca. Os docentes ausentes no dia da atribuição, perderão o direito somente quanto a este ato convocatório.

ESCOLA	SALA	PERÍODO	SITUAÇÃO
E.M.PROF.THEREZA FAVALY POCAY	1º ANO D	TARDE	Tempo indeterminado
	4º ANO C	TARDE	Licença Gestante
E.M.PROF.CORALY DE SOUZA FREIRE	3º ANO C	TARDE	Licença Prêmio
	4º ANO B	TARDE	Licença Gestante

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Grande, 04 de agosto de 2021.



Gabrielle Christine Burati Plens

Diretora Municipal do Departamento de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE AULAS DE ARTE 2021

A Diretora do Departamento Municipal de Educação de Salto Grande, Gabrielle Christine Burati Plens, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que tem como objetivo CONVOCAR todos os candidatos aprovados no Processo Administrativo Nº 093/2021, Chamada Pública Nº 001/2021 de acordo com o Edital de Chamada Pública Nº 064/2021, para exercer a função de Professor de Arte – PEB II, para participarem da atribuição das aulas de Arte, no dia 06 de agosto de 2021, no Departamento Municipal de Educação, sito à Rua José Bonifácio, 424, nesta cidade, às 9:00 horas, devendo apresentar no ato a documentação, em Anexo I, não havendo possibilidade de dobra ou troca. Os docentes ausentes no dia da atribuição, perderão o direito somente quanto a este ato convocatório.

EDUCAÇÃO INFANTIL

E.M. "Prefeito Furtunato Figueira"

Manhã

Aulas de Arte - Livre (10 aulas, Maternal II-A, Infantil I-A, Infantil I-B, Infantil II-A, Infantil II-B)

Tarde

Aulas de Arte - Livre (10 aulas, Maternal II-B, Maternal II-C, Infantil I-B, Infantil II-C, Infantil II-D)

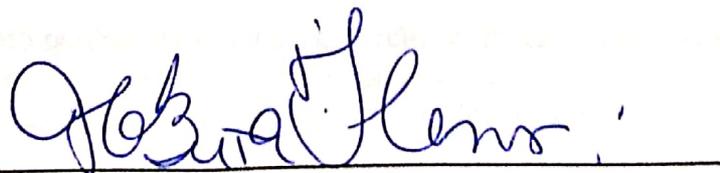
E.M. "Professora Therezinha Ferreira"

Tarde

Aulas de Arte- Livre (06 aulas, Maternal II-B, Infantil I-B, Infantil II-B)

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Grande, 04 de agosto de 2021.



Gabrielle Christine Burati Plens

Diretora Municipal do Departamento de Educação

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO NO DIA DE ATRIBUIÇÃO DE AULAS

- 01 – 01 (uma) foto 3x4 recente, endereço de e-mail;
- 02 – Carteira de Identidade (Cópia reprográfica), Tipo de sangue;
- 03 – CPF (Cópia reprográfica)
- 04 – Nº do cadastro no PIS ou no PASESP (Cópia reprográfica)
- 05 – Carteira de Trabalho (original e cópia reprográfica)
- 06 – Título de Eleitor e Comprovante de haver votado na última eleição (Cópia reprográfica)
- 07 – Certidão de Nascimento (Cópia reprográfica) e cópia do CPF de filhos
- 08 – Certidão de Casamento (Cópia reprográfica)
- 09 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos e Carteira de Vacinação (Cópia reprográfica) - Cópia da sentença, no caso de pagamento de PENSÃO ALIMENTÍCIA;
- 10 – Certificado de Reservista (Cópia reprográfica)
- 11 – Nº da conta bancária (corrente ou salário) junto à agência do Banco do Brasil S/A (Obs: a abertura da conta é obrigatória e o servidor tem que ser o titular)
- 12 – Comprovante de endereço (Cópia reprográfica)
- 14 – Documento de Habilitação específico para a posse do cargo (CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA DE GRADUAÇÃO PLENA EM PEDAGOGIA OU CURSO NORMAL SUPERIOR, COM HABILITAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL) (Cópia reprográfica)
- 15 – Documento de Habilitação específico para a posse do cargo, se for o caso
- 16 – Declaração de próprio punho, informando que não acumula cargo / função pública (feita no RH. Em caso de acúmulo, deverá apresentar declaração constando o cargo e horários de trabalho ou prova de exoneração, se for o caso)
- 17 – Termo de opção ou recusa de SEGURO DE VIDA (preencher no RH)
- 18 – Termo de Ciência e Notificação (preencher no RH)

19 – Realização de EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS (AGENDAR NO RH)

20 – Certidão Negativa De Antecedentes Criminais E Cíveis, expedida pelo órgão competente da área de seu domicílio (JUSTIÇA ESTADUAL e FEDERAL (internet)= 3 CERTIDÕES

21 – Cópia da ata de atribuição das aulas.

RESOLUÇÃO DME Nº 11/2021 DE 04 DE AGOSTO DE 2021.

“Dispõe sobre processo ANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E AULAS AOS DOCENTES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PARA O ANO LETIVO DE 2021, em caráter efetivo, temporário e em substituição, na Rede Municipal de Educação”.

Gabrielle Christine Burati Plens, Diretora do Departamento Municipal de Educação no uso de suas atribuições, observados os protocolos de saúde, em razão da decretação, pela Organização Mundial da Saúde, por meio do Decreto nº 6, de 20 de março de 2020, o Brasil reconheceu o estado de calamidade pública e emergência de saúde pública de importância internacional, da pandemia do mal intitulado “Coronavírus” e tendo em vista o que determina a Legislação Municipal, observadas as diretrizes da Lei Federal nº 9394/96 e Lei Municipal nº 1361/2011, e considerando a necessidade de estabelecer normas, critérios e procedimentos que assegurem legalidade, legitimidade e transparência ao processo anual de atribuição de classes e aulas, na Rede Municipal de Educação do município de Salto Grande, resolve:

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º- Compete a Diretora do Departamento Municipal de Educação designar comissão de Atribuição de Classes e Aulas para execução, coordenação acompanhamento e supervisão do processo anual de atribuição que estará sob sua responsabilidade, em todas as fases e etapas.

Artigo 2º - Compete ao Diretor de Escola, observadas as normas legais e os protocolos de saúde para a segurança dos participantes com relação a transmissão da COVID-19, convocar e divulgar o período de inscrições dos docentes na Unidade Escolar sob sua responsabilidade, para o processo, bem como atribuir as classes e as aulas, na fase inicial e durante o ano letivo, quando as mesmas não forem atribuídas no departamento municipal de educação.

§ 1º Respeitada a ordem de classificação dos docentes, as classes e aulas da Unidade Escolar deverão ser atribuídas com observância ao perfil de cada professor e considerando experiência e desempenho anteriores, a fim de

imprimir maior adequação e eficácia à atribuição, visando otimizar resultados no processo de ensino e de aprendizagem.

§ 2º Sem detrimento ao disposto no parágrafo anterior, a atribuição, na fase inicial do processo, deverá se efetuar compatibilizando as cargas horárias das classes e das disciplinas, bem como os horários e turnos de funcionamento da escola, com as jornadas de trabalho dos docentes, em especial nas situações de acumulação de cargos públicos.

Artigo 3º- Para efeito do que dispõe a presente resolução, consideram-se campos de atuação referentes às classes ou às aulas a serem atribuídas, os seguintes âmbitos da Educação Básica:

- I- Classes de Educação Infantil- campo de atuação relativo ao cargo docente de Professor de Educação Infantil.
- II- Classes dos anos iniciais do Ensino Fundamental- campo de atuação relativo ao cargo docente de professor de Educação Básica I.
- III- Aulas das disciplinas do Ensino Fundamental- campo de atuação relativo ao cargo docente de Professor de Educação Básica II.

SEÇÃO II

DA INSCRIÇÃO

Artigo 4º- Os docentes serão convocados a comparecer ao Departamento Municipal de Educação no mês de novembro, a fim de efetuarem suas inscrições para o processo de atribuição de classes e de aulas do ano letivo de 2021.

§ 1º A inscrição do docente é única por campo de atuação.

§ 2º Os docentes que estejam afastados a qualquer título, em especial os licenciados, deverão ser convocados formalmente para efetuar sua inscrição ou se fazer legalmente representar para este fim e também, se necessário, para fins de atribuição de classe e/ou aulas do processo inicial.

Artigo 5º- Os documentos de qualificação de cada docente das Unidades Escolares do município, constante dos arquivos, deverão ser revistos e atualizados anualmente, em caráter obrigatório. Antes da abertura do período de inscrições relativo ao processo de atribuição de classes e aulas, para conferência regular das habilidades e qualificações registradas, mediante análise criteriosa dos títulos e dos cursos que lhes sejam correspondentes.

- a) Na disciplina específica do cargo;

III-quanto ao tempo de serviço, no campo de atuação da inscrição, com a seguinte pontuação e limites:

- a) Na função de docente no Magistério Oficial: 0.001 por dia;
b) No cargo: 0.008 por dia;
c) No Magistério Público Oficial do Município de Salto Grande: 0.002 por dia.

IV-quanto aos títulos, observado o campo de atuação da inscrição, com a seguinte pontuação para:

- a) Certificado de aprovação em concurso público, relativo ao provimento do cargo de que é titular: 10 pontos;
b) Certificado(s) de aprovação em outro(s) concurso(s) de provas e títulos do Departamento Municipal de Educação, no mesmo campo de atuação da inscrição: 1 ponto por certificado, até no máximo 2 pontos;
c) Certificado(s) de curso(s) de Pós-graduação, com no mínimo 360 horas de duração: 1 ponto por certificado até no máximo 3 pontos;
d) Diploma de Mestre, correlato e intrínseco a disciplina do cargo de que é titular ou à área da Educação, referente às matérias pedagógicas: 10 pontos.
e) Diploma de Doutor, correlato e intrínseco a disciplina do cargo de que é titular ou à área da Educação, referente às matérias pedagógicas: 10 pontos.
f) Certificado(s) de curso(s) de Atualização e Aperfeiçoamento, com no mínimo 8 horas de duração, oferecidos por entidades oficiais e conveniadas com o Ministério da Educação e Cultura: 0,001 pontos por hora (2 anos)
g) Certificado(s) de curso(s) de Atualização e Aperfeiçoamento, com no mínimo 8 horas de duração, preferencialmente indicados ou oferecidos pelo Departamento Municipal de Educação: 0,005 pontos por hora.

§ 1º- O título de Mestre ou Doutor correlato e intrínseco à área da Educação, referente às matérias pedagógicas dos cursos de licenciatura, poderá ser considerado em qualquer campo de atuação docente e mesmo em mais de um, quando em regime de acumulação.

§ 2º- A contagem do tempo de serviço do docente efetivo, no magistério público oficial, incluirá os períodos trabalhados em função-atividade ou em contratações anteriores ao ingresso, desde que exercidos no próprio campo de atuação do docente.

§ 3º- O tempo de serviço do docente, trabalhado em afastamentos a qualquer título, desde que autorizados sem prejuízo de vencimentos,

será computado regularmente para fins de classificação no processo de atribuição de classes e aulas, na função, no cargo e no magistério.

§ 4º- Na contagem de tempo de serviço, que deverá ser refeita integralmente a cada ano, serão utilizados os mesmo critérios e deduções que se aplicam para concessão de Adicional por Tempo de Serviço, sendo a data-limite da contagem de tempo, 30 de junho e a atribuição de docentes efetivos realizada no mês de dezembro.

§ 5º- Em caso de empate de pontuação na classificação dos inscritos, o desempate deverá se efetuar na seguinte ordem de critérios:

- a) Pela idade, quando maior ou igual a 60 (sessenta) anos;
- b) Pelo maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial do Departamento Municipal de Educação;
- c) Por encargos de família (maior número de dependentes);
- d) Pela maior idade, para os inscritos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.

SEÇÃO IV

DA ATRIBUIÇÃO NO PROCESSO INICIAL

Artigo 8º- A atribuição de classes e de aulas, no processo inicial, aos docentes inscritos e classificados nos distintos campos de atuação, obedecerá à seguinte ordem:

I – Fase 1 – Departamento Municipal de Educação:

- a) Titulares de cargo para Constituição de Jornada de Trabalho;
- b) Titulares de cargo para Constituição de Carga Suplementar de Trabalho;
- c) Professores adidos.
- d) Ocupantes de Função Atividade- candidatos à contratação para atribuição de carga horária. (Professor Adjunto ou Contratado)

§ 1º- As classes de 1º, 2º e 3º Anos do Ensino Fundamental deverão ser atribuídas preferencialmente a docentes que comprovem participação no Programa de Formação para professores Alfabetizadores: Ler e Escrever e EMAI e se dispuserem a participar de formações específicas durante todo o ano letivo.

§ 2º- Os docentes que se encontrem em licenças ou afastamentos a qualquer título, podem participar regularmente da atribuição de classes e aulas do processo inicial, ou se fazer representar, por procuração legal, para este fim.

§ 3º- As classes ou as aulas atribuídas para constituição de jornadas de trabalho de titulares de cargo, que se encontrarem em afastamento já concretizado antes do início do processo, estarão disponíveis para atribuição, ao professor adido caso não haja número de salas suficiente e somente depois ao Professor Contratado conforme classificação do Processo Seletivo.

§ 4º- As classes e/ou as aulas em substituição, atribuídas a outro professor, que se encontre em afastamento já concretizado, somente poderão ser atribuídas a docente que venha efetivamente a assumi-las e/ou ministrá-las, sendo expressamente vedada a atribuição de substituições sequenciais.

§ 5º- O candidato efetivo ou à contratação, com aulas atribuídas em mais de uma unidade escolar, terá como sede de controle de frequência, fixada por todo o ano letivo, na unidade em que tenha obtido a maior quantidade de aulas atribuídas, podendo ser mudada a sede se o docente, durante o ano, vir a perder a totalidade das aulas anteriormente atribuídas nessa unidade.

§ 6º - Caso o professor efetivo obedecendo a ordem de classificação, não demonstrar interesse pelas salas livres disponíveis no momento da sua escolha, sendo por ano ou período, poderá escolher as salas em substituição ou deixar sua vez para o próximo candidato, voltando ao final da classificação, para escolha de salas livres ou em substituição que sobraem durante o processo de atribuição.

Artigo 9º- A atribuição de aulas dos cursos de Educação de Jovens e Adultos-EJA terá validade anual ou semestral, caso não haja formação de turma, e será efetuada juntamente com as aulas do ensino regular. Observados os mesmos critérios de habilitação e de qualificação docentes, podendo realizar-se no processo inicial, para o primeiro termo do curso, e posteriormente, ao início do segundo termo.

SEÇÃO V
DA ATRIBUIÇÃO DURANTE O ANO

Artigo 10º- A atribuição de classes e aulas durante o ano far-se-á, em nível de Departamento da Educação, seguindo a lista do Edital de Chamada Pública nº 063/2021 e nº 064/2021, do Processo Administrativo nº 093/2021, modalidade Chamada Pública nº 001/2021, a seguinte conformidade:

- I- A titulares de cargo para carga suplementar de trabalho;
- II- A candidatos à contratação (Professor Adjunto) para atribuição ou aumento de carga horária;
- III- A candidatos à contratação de docentes habilitados em Educação Especial, Intérprete em Libras, Braille e Informática;
- IV- A candidatos à contratação não habilitados, se necessária.

§ 1º - Os docentes que se encontrarem em situação de licença ou afastamento, a qualquer título poderão concorrer à atribuição de classes e/ou aulas durante o ano, exceto o docente em situação de licença-gestante.

§2º- Nas sessões de atribuição que venham a ocorrer durante o ano, em nível de Departamento Municipal de Educação, deverá se observar a ordem de classificação dos candidatos por campo de atuação e por faixas de situação funcional.

§3º- A toda e qualquer sessão de atribuição de classes e aulas durante o ano, o docente deverá comparecer munido de declaração oficial e atualizada de seu horário de trabalho, contendo a distribuição das aulas pelos turnos diários e pelos dias da semana, a fim de viabilizar a nova atribuição, com observância à compatibilidade de horários e distância entre as unidades.

§4º- Nas sessões periódicas de atribuição durante o ano, deverão ser sempre divulgadas e, se for o caso, oferecidas as classes e aulas que se encontrem

atribuídas a docentes não habilitados em disciplina diversas, a fim de se propiciar a continuidade do processo educativo.

§5º- Serão atribuídas a título de aulas eventuais todo afastamento inferior a 15(quinze) dias. O docente quando ministra aulas eventuais não faz jus a HTPC e HE.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11º- Não poderá haver desistência de aulas anteriormente atribuídas, na carga suplementar do titular de cargo ou carga horária do docente contratado, exceto nas situações de:

I- O docente vir a prover novo cargo público, de qualquer alçada, em regime de acumulação;

II- Atribuição, com aumento ou manutenção da carga horária, em uma das unidades em que se encontre em exercício, a fim de reduzir o número de escolas;

III- Aulas em substituição para assumir aulas livres.

§1º- O docente que desistir, total ou parcialmente de aulas anteriormente atribuídas, em situação diversa das previstas nos incisos deste artigo, ficará impedido de concorrer à nova atribuição durante o ano, devendo apresentar ao superior imediato declaração expressa, de próprio punho, datada e assinada, informando sua decisão e, quando se tratar de classe ou da totalidade de aulas, requerer, por escrito a extinção do seu contrato de trabalho.

§ 2º- O docente inclusive o titular de cargo, com relação à carga suplementar, que não comparecer ou não se comunicar com a Unidade Escolar, no primeiro dia útil subsequente ao da atribuição, será considerado desistente e perderá a classe ou as aulas, ficando impedido de concorrer à nova atribuição no decorrer do ano.

Artigo 12º- Fica expressamente vedada a atribuição de classe ou aulas:

I- A partir de 1º de dezembro do ano letivo em curso, exceto se em caráter eventual;

II- Ao professor que tenha sido demitido, mediante processo administrativo disciplinar, ou dispensado pelo titular da pasta, nos últimos 5(cinco) anos ou nos últimos 10(dez) anos, quando a bem do serviço público.

III- Para fins de contratação ou de reassunção de exercício em situação de acúmulo, ao servidor público municipal que se encontre em licença para tratar de interesses particulares, na conformidade da legislação em vigor;

IV- Ao docente que tenha desistido, total ou parcialmente, de suas aulas e/ou pedido dispensa da função ou extinção de sua contratação, durante o ano letivo em curso, exceto as aulas atribuídas em caráter excepcional pela Diretora Municipal de Educação.

Artigo 13º- A acumulação remunerada de dois cargos, com cargo docente, poderá ser exercida, desde que:

I-Haja compatibilidade de horários, consideradas, no cargo, também as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), integrantes de sua carga horária;

II-O docente cumpra as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), no período noturno estipulado especialmente para o caso.

§ 1º- A responsabilidade pela legitimidade da situação do docente, em regime de acumulação, é da autoridade que conceder o exercício do segundo cargo/função.

§ 2º- É expressamente vedada, sob qualquer hipótese, a acumulação de suas contratações.

§ 3º- Ao titular de cargo docente não é vedada a atribuição de classe ou de aulas na situação de docente contratado, desde que o mesmo realize e seja aprovado no Edital de Chamada Pública nº 063/2021 e nº 064/2021, do

Processo Administrativo nº 093/2021, modalidade Chamada Pública nº 001/2021 e não haja compatibilidade de horários, consideradas, no cargo, também as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), integrantes de sua carga horária;

§ 4º- O superior imediato que permitir o exercício do docente, em situação de ingresso, de contratação ou de reassunção após período de interrupção, sem a prévia publicação de ato decisório favorável à acumulação ou com publicação favorável equivocada, arcará com a responsabilidade decorrente deste ilícito, inclusive a relativa ao pagamento do docente pelo exercício em situação irregular ou ao ressarcimento aos cofres públicos do pagamento indevido.

Artigo 14º- Caberá ao Diretor de Escola, juntamente com a Diretora Municipal de Educação realizar a atribuição, autorizar o exercício e, encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos ou quando for o caso, providenciar a contratação do candidato contemplado, durante o processo, com classe ou com aulas de sua unidade, mediante a apresentação de:

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO NO DIA DE ATRIBUIÇÃO DE AULAS

- 01 – 01 (uma) foto 3x4 recente, endereço de e-mail;
- 02 – Carteira de Identidade (Cópia reprográfica), Tipo de sangue;
- 03 – CPF (Cópia reprográfica)
- 04 – Nº do cadastro no PIS ou no PASESP (Cópia reprográfica)
- 05 – Carteira de Trabalho (original e cópia reprográfica)
- 06 – Título de Eleitor e Comprovante de haver votado na última eleição (Cópia reprográfica)
- 07 – Certidão de Nascimento (Cópia reprográfica) e cópia do CPF de filhos
- 08 – Certidão de Casamento (Cópia reprográfica)
- 09 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos e Carteira de Vacinação (Cópia reprográfica) - Cópia da sentença, no caso de pagamento de PENSÃO ALIMENTÍCIA;

- 10 – Certificado de Reservista (Cópia reprográfica)
- 11 – Nº da conta bancária (corrente ou salário) junto à agência do Banco do Brasil S/A (Obs: a abertura da conta é obrigatória e o servidor tem que ser o titular)
- 12 – Comprovante de endereço (Cópia reprográfica)
- 14 – Documento de Habilitação específico para a posse do cargo (CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA DE GRADUAÇÃO PLENA EM PEDAGOGIA OU CURSO NORMAL SUPERIOR, COM HABILITAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL) (Cópia reprográfica)
- 15 – Documento de Habilitação específico para a posse do cargo, se for o caso
- 16 – Declaração de próprio punho, informando que não acumula cargo / função pública (feita no RH. Em caso de acúmulo, deverá apresentar declaração constando o cargo e horários de trabalho ou prova de exoneração, se for o caso)
- 17 – Termo de opção ou recusa de SEGURO DE VIDA (preencher no RH)
- 18 – Termo de Ciência e Notificação (preencher no RH)
- 19 – Realização de EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS (AGENDAR NO RH)
- 20 – Certidão Negativa De Antecedentes Criminais E Cíveis, expedida pelo órgão competente da área de seu domicílio (JUSTIÇA ESTADUAL e FEDERAL (internet)= 3 CERTIDÕES
- 21 – Cópia da ata de atribuição das aulas.

Artigo 15º- Os recursos referentes ao processo de atribuição de classes e aulas não terão efeito suspensivo nem retroativo e deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do fato motivador, dispondo a autoridade recorrida de igual prazo para decisão.

Artigo 16º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as exposições da Resolução 01/2021, bem como qualquer disposição em contrário.



Salto Grande, 04 de agosto de 2021.

Profª Gabrielle Christine Burati Plens
Diretora do Departamento Municipal de Educação